

EXIGÊNCIAS DA VIDA DIÁRIA E DO TRABALHO NA SOCIEDADE ATUAL

Vanilda Paiva¹

I. O trabalho em transformação

As transformações pelas quais vem passando o trabalho nos nossos dias é parte de mudanças mais gerais que atingem, desigualmente, sem qualquer uniformidade, mas com tendências globais razoavelmente claras, as mais diversas esferas da vida humana. A reestruturação industrial iniciada nos anos 70 e as alterações organizacionais correlatas tem jogado mais luz sobre deslocamentos históricos da população ocupada nos setores em que tradicionalmente se dividiu a economia. Eles seguem o seu curso em direção ao setor terciário como fundamental instrumento de circulação de mercadorias e aos serviços pessoais, à informalização e às formas alternativas de inserção no mundo do trabalho, através das quais a população economicamente ativa busca contrarrestar a consolidação de novas formas de desemprego estrutural. Nos países periféricos, estas alternativas somam-se às estratégias de sobrevivência do segmento já anteriormente excluído do mercado formal de emprego por estruturas menos modernas.

O deslocamento quantitativo em direção aos serviços, especialmente visível nos países avançados desde os anos 80, tornou-se ainda mais patente depois da renúncia de nichos de resistência à *lean production*² como o *best way* para alcançar níveis de produtividade nos anos 90 e da tentativa de recuperar o “tempo perdido” em competitividade, mesmo que ela se combine e articule às características das formas locais de organizar a produção. Em qualquer caso, a *lean production* acelera

¹ Estudou Educação, Sociologia e Romanística na Universidade de Frankfurt/M, doutorando-se em 1978. Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fundou e atualmente dirige o Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada (IEC), Rio de Janeiro.

²A inevitabilidade da expansão da “lean production” foi apontada pelos pesquisadores do MIT no início dos 90 (Womack e Roos 1991) e foi duramente contestada na Alemanha até pelo menos 1993, ano a partir do qual o enxugamento acelerou-se a todos os níveis (Wittke, 1995). Alguns pesquisadores consideram, no entanto, que a opção entre a “lean production” e modelos locais ainda continua aberta (Kissler, 1996; e Bonazzi e La Rosa, 1993).

e aprofunda mudanças no papel da gestão e nas atividades da força de trabalho. E, quaisquer que sejam os atenuantes assentados sobre peculiaridades nacionais e ainda que estejamos hoje diante de um crescente processo de discussão a respeito dos limites da concorrência, este processo em qualquer caso reduz o emprego industrial e, secundariamente também o emprego nos serviços, em especial nos seus segmentos mais modernos e formalizados, onde parcela considerável está ligada à indústria e que, do mesmo modo, também é atingido nos mais variados tipos de escritório e formas de comercialização pelas novas formas de racionalização (Kronauer,1995).

Fazem parte do mesmo quadro os efeitos do estilhaçamento da era keynesiana, das mutações nas estruturas de bem estar, da crise fiscal dos Estados e, em especial, da ideologia anti-estatista que os tem acompanhado. A ideia de maior eficácia e eficiência dos serviços sociais vem, na prática, reduzindo os postos de trabalho e acarretando a queda da qualidade daqueles serviços, não apenas em função da transição para novas formas de gestão, de novas demandas ou da ineficiência da máquina pública, mas pela pura e simples redução dos contingentes empregados³. E, mesmo que subsistam dúvidas a respeito da qualidade dos empregos gerados fora do setor industrial (Salm,1996) e da qualificação por eles requerida e até mesmo da qualificação que o setor industrial periférico possa demandar, mesmo que este processo se associe de forma inevitável ao crescimento de uma “economia urbana de sobrevivência” altamente informalizada, está aí o *locus* do debate relevante dos nossos dias. Afinal, as pesquisas mostram redução do emprego industrial, redução de chances de readmissão dos que dele foram desligados; em conexão avulta-se desde pelo menos 1983 o debate em torno da centralidade do trabalho na vida das pessoas e, mais recentemente, a busca de formas de combinar trabalho parcial e atividade socialmente útil.

A racionalidade que parte hoje da produção atinge em cheio o corpo social nos países centrais e se reflete na periferia. Flexibilidade e modelo da especialização

³O livro clássico sobre o setor terciário continua sendo o de Martin Baethge e Herbert Oberbeck, *Die Zukunft der Angestellten.*, publicado na Alemanha em 1986. Estes autores estão hoje concentrados sobre a questão da transformação das biografias profissionais e sobre as possibilidades de uma “cultura” do setor terciário. Podem ser citados ainda Oberbeck e Oppermann (1995); e Andreatta e Baethge (1995).

flexível são conceitos cuja adoção pelas firmas provocam segmentação do mercado de trabalho. A despadronização imbricada na flexibilidade reintegra tarefas, torna polivalente e multifuncional o trabalhador responsável pela gestão do fluxo produtivo, demanda trabalho qualificado e modifica de maneira radical as condições de inserção do trabalho assalariado. E se, tendencialmente, os que permanecem dentro da estrutura ocupacional experimentam possibilidades de maior qualificação, de realização profissional e de manutenção de altos padrões de vida, acentuam-se, por outro lado, os riscos de exclusão do mundo do trabalho formal — como ressaltaram Kern e Schumann (1984) desde meados da década passada — à qual podem associar-se não apenas efetiva desqualificação e/ou desvalorização da qualificação pré-existente, mas riscos pessoais de natureza econômica, social e psíquica. Este processo, que se gera principalmente na indústria, vai além dela porque se organiza como serviço que é prestado ao setor, com pesadas consequências para a força de trabalho.

Uma das primeiras aproximações feitas na literatura entre a produção enxuta e o crescimento do terciário foi através da terceirização de produtos e serviços pelas grandes empresas industriais, processo que atingiu segmento importante dos empregados das grandes firmas. Ao subcontratarem produtos e serviços das pequenas firmas, as grandes empresas tornam-se responsáveis pela formação de cadeias que se estendem muitas vezes até os níveis mais informais e domiciliares da produção de mercadorias e da prestação de serviços. Este movimento —cuja amplitude é muito desigual nas diferentes sociedades, podendo ter efeitos importantes em economias altamente formalizadas e ser apenas residual em outras —reflete e amplia a extrema heterogeneidade do mercado de trabalho no que se refere às qualificações disponíveis e demandadas, bem como às múltiplas formas alternativas, informais ou não, de inserção possibilitadas pelo uso da informática e das novas tecnologias. Reflete também a realidade deste final de século em matéria de disponibilidade de qualificação gerada pela revolução educacional que marca esta segunda metade do século XX e que constitui em um dos pressupostos que viabilizam o novo modelo produtivo e suas consequências.

A realidade do trabalho nos nossos dias atinge contratos e remuneração, gerando insegurança, precarização, desemprego e tornando a capacidade de comunicação, de acesso à informação e a inserção em redes sociais, elementos cruciais para “ganhar a vida”. Critérios meritocráticos e impessoais de julgamento para acesso aos postos de trabalho são substituídos pela força do capital social que torna as relações mais personalizadas, “refeudalizando” o mercado de trabalho. Uma massa considerável de pessoas capazes e qualificadas, ao verem-se excluídas do mercado formal de emprego, estão instadas a gerar alternativas de ocupação e atividade por sua própria conta e risco.

A crise política frente à redução do emprego, à modificação e mesmo à inversão da pirâmide populacional, à crise fiscal, às crescentes demandas diferenciadas da população por serviços sofisticados e aos custos crescentes de um setor saúde sob enorme impacto da tecnologia, está vinculada de forma visceral a este conjunto de transformações - que compromete a legitimidade dos governos, reduz recursos do Estado e provoca mutações que se encaminham no sentido da retração da proteção social, em um processo se radicalizou nos últimos tempos. Discute-se hoje, na verdade, até onde é possível transferir à população os custos dos benefícios sociais, privatizando serviços que serão pagos direta ou indiretamente por aqueles que consigam inserir-se no mercado de trabalho ou logrem alternativas rentáveis. No mundo pós-keynesiano à díade emprego/proteção opõe-se a atividade/desproteção. O peso fiscal representado pela parcela cada vez maior de aposentados, desempregados e excluídos, para um Estado deslegitimado em seu papel de provedor e inseguro quanto à qualidade, eficiência e adequação à demanda dos serviços massivos que chegou a oferecer em alguns países, torna-se um elemento decisivo na redefinição de uma nova realidade na proteção social. Mais e mais apela-se à solidariedade familiar, vicinal e mesmo de caráter amplo. Esta última tendência, que há duas décadas, era uma indicação de possibilidade, transformou-se em foco de debates a respeito da responsabilidade das famílias e das comunidades. À inserção alternativa corresponde também a solidariedade, alternativa à proteção de caráter contributório em um mundo que se tornou menos democrático, no qual a população está mais exposta às leis de um mercado hiperconcorrencial.

II. O crescimento dos serviços

São recentes e pouco numerosos os estudos abrangentes do setor terciário, tanto nos países de capitalismo avançado, quanto nas economias periféricas. Mesmo os existentes não lograram dar conta da adequação/inadequação aos dias atuais do tradicional esquema conceitual que compartimentaliza a atividade econômica nos setores primário, secundário e terciário. Ou seja, ao menos por enquanto, não se foi muito além do estatuto de um “não conceito” ou, como aponta Offe⁴, de uma “categoria de tipo coletânea residual” comumente reservada às atividades de serviço.

A precariedade deste ponto de vista residual com que as pesquisas empíricas e a literatura teórica delimitam o setor de serviços tem sido ressaltada por muitos autores. Predominam quase sempre os atributos negativos das atividades terciárias, acabando-se por construir uma categoria ‘tampão’ que recobre tudo aquilo que, conforme os parâmetros ainda vigentes na economia e nas ciências sociais, não pode ser classificado nem no setor primário, nem tampouco no secundário. Quando se procura defini-las a partir de características positivas - “altas exigências de formação à força de trabalho”, “grau especial de interação no trabalho”, “uso intensivo de informações e técnicas de assimilação de informações”, “elevada participação da força de trabalho feminina” ou “satisfação de necessidades superiores”⁵ —incorre-se também em fracassos, uma vez que logra-se delimitar apenas aquilo que é peculiar a uma parcela dos serviços.

As críticas de Offe às abordagens residuais estão pautadas na perspectiva, se não de construir uma teoria geral sobre os serviços, ao menos de fornecer uma explicação de caráter totalizador para as altas taxas de crescimento deste setor, como processo recorrente e duradouro nas sociedades industriais. Ao definir o trabalho em serviços em contraposição complementar ao trabalho produtivo,

⁴ Offe, Claus. 1989a p. 81

⁵ Ibidem, p. 13.

gerando as condições de reprodução e acumulação capitalista, ele conclui por uma racionalidade específica do trabalho em serviços, que se orientariam de forma predominante por uma lógica da “eficácia”, enquanto o trabalho na produção é organizado a partir de estratégias de “eficiência”. Isto não reduziria a imbricação dos dois setores, posto que o “trabalho de prestação de serviços situa-se sempre no ponto de intercessão de duas racionalidades: a racionalidade da ‘economia industrial’, e a racionalidade da ‘intermediação’, típica do trabalho no setor de serviços”⁶. Ele recorta serviços enquanto um campo de atividades funcionalmente autônomo, mas suas análises contemplam apenas a parte “avançada” (assalariada e legalmente regulada) do terciário.

Embora não haja acordo sobre as dimensões da possibilidade de racionalização do trabalho em serviços em geral, ninguém põe em dúvida o crescente deslocamento do emprego industrial para o terciário, existindo consenso no que diz respeito à relação entre o incremento dos serviços e a complexificação do processo produtivo. Esta tendência parece afetar os grandes equilíbrios sociais e culturais. No entanto, isto não implica em contestar o fato evidente de que a indústria continua sendo o *locus* onde ocorre o progresso técnico e onde se realiza o essencial do crescimento de produtividade que se difunde ou é distribuído para o conjunto da economia. Embora o emprego industrial se enxugue, os ganhos de produtividade — abstraindo-se as disparidades de cada um dos setores e independente das restrições metodológicas à sua medição — são sempre duas a três vezes mais elevados na indústria do que nos serviços. Isto conduz a um crescimento mais rápido dos preços relativos dos serviços, levando a um aumento de sua parte na produção medida em valor monetário corrente. Entretanto, o crescimento do peso relativo dos serviços não resulta somente da evolução dos seus preços relativos⁷ (Perret e Roustang, 1993). Sua demanda final medida em volume, isto é, deflacionada da evolução dos preços, cresce mais rapidamente do que a demanda por bens manufaturados. Este incremento, observado a nível mundial, é resultado de vários fatores, entre os quais se destaca a elevação do nível

⁶ Ibidem, p. 84.

⁷ Perret e Roustang. 1993

de vida: os serviços correspondem frequentemente a tipos de consumo que se desenvolvem somente quando as necessidades elementares estão satisfeitas.

As tendências da evolução sócio demográfica tais como o desenvolvimento do trabalho das mulheres e o envelhecimento da população também têm um forte impacto sobre este aumento, principalmente no domínio dos cuidados com pessoas (creches, asilos, etc.). A complexificação da organização econômica e a terceirização, esta última interpretada como um aprofundamento da divisão do trabalho, têm também contribuído para esta tendência. A externalização dos serviços tem correspondido menor estabilidade do emprego, menores vantagens sociais e menores perspectivas de carreira, posto que a sub-contratação segmenta o mercado e garante aos empresários e aos governos maior liberdade na forma de gestão da força de trabalho fora das normatizações e obrigações impostas pelo contrato e/ou por regulamentos. A lógica profunda desta segmentação do tecido produtivo, obedeceria a uma vontade de diminuir o preço do trabalho e/ou de responder à dificuldade de operacionalizar uma gestão diferenciada de recursos humanos no âmbito de uma mesma empresa.

Porém, as transformações que conduziram à reestruturação produtiva e organizacional, ao deslocarem o trabalho humano para os serviços, não criaram apenas problemas. Levantaram também esperanças de mudanças qualitativas nas estruturas sociais e de melhorias no âmbito do trabalho. Os resultados de tais mudanças, no entanto, são complexos e ambíguos. Não basta falar em “explosão do terciário”, nem constatar que ele cresce “em número de ocupações, em volume e em tendências culturais e produtivas — na medida em que o cliente vê-se instado objetiva e subjetivamente a escolher”⁸. Também não é suficiente ressaltar a tendencial “desmaterialização” dos produtos que, embora querendo referir-se à modificação da importância relativa entre *hardware* e *software*, termina por indicar de fato uma tendência mais ampla em direção ao deslocamento do produto de massa para o produto personalizado⁹. Como já foi antes indicado, o terciário apresenta limitações

⁸ Beltrami, 1995

⁹No artigo "Qualidade total: resposta ao desenvolvimento do terciário", o autor detém-se nas estratégias relacionadas à “cultura da qualidade total” que, segundo o autor, tomou conta dos diferentes setores empresariais italianos.

enquanto fonte de expansão de postos de trabalho e de ocupação¹⁰ ao menos no que concerne aos serviços ligados à circulação de mercadorias — sujeitos à mesma racionalidade imposta à produção e à sua peculiar dinâmica — tal como escritórios, administração e comércio. Assim como em outros setores, a modernização aí se processa por ondas de racionalização de volume e natureza desigual, gerando situações fortemente diferenciadas. Neste quadro heterogêneo e segmentado, as perspectivas profissionais de uma grande parte da população tendem a vincular-se a formas de auto emprego e à busca de nichos e atividades alternativas ao mercado. Contudo, apesar das evidências de esgotamento em diversos países e de se poder perguntar até quando esta função poderá ser preenchida, o setor de serviços ainda vem servindo, em outros, como no caso do Japão e Estados Unidos, por exemplo, de “colchão amortecedor” para a recessão e a crise estrutural do emprego¹¹.

III. Trabalho e informalidade

Crescem, tanto nos países centrais como nos periféricos, as atividades informalizadas ou parcialmente formalizadas. Entre as muitas razões e interpretações para o crescimento desta tendência, arrolam-se desde aquelas que aí veem um artifício de gestão com o objetivo de privar os empregados sem qualificação da “renda” que constitui a participação em uma grande estrutura produtiva, até as que a consideram como consequência de uma estratégia de especialização. Parte dos autores que abordam as transformações nos serviços e sua conceptualização, tende a assumir uma imagem de uma sociedade recortada por uma multiplicação de racionalidades e a remeter ao tema da informalização das relações de trabalho, sem maiores considerações a respeito da noção de informalidade.

¹⁰ Isto ocorre porque o trabalho em serviços não é apenas reflexivo ao trabalho na produção, por administrar suas condições, mas também é alimentado pelos rendimentos econômicos do mesmo trabalho na produção, já que ele próprio não gera produtos para o mercado. Por isso, mais cedo ou mais tarde, o trabalho dos empregados em serviços atinge limiares, além dos quais seus custos o tornariam insustentável (Offe, 1989a:).

¹¹Uma análise detalhada da questão pode ser encontrada em Freeman e Soete, 1994.

As profundas e aceleradas transformações em curso desde os anos 80 — muito mais visíveis no centro do que na periferia do capitalismo — tornam cada vez mais complexas e heterogêneas as estruturas de emprego. A apreensão das mudanças, que afetam drasticamente a percepção que as sociedades capitalistas avançadas tinham delas mesmas e as transforma em objetos e fontes empíricas da noção de informalidade (Lautier, 1994: 37), converge para a ideia de fragmentação social e conduz a uma crescente insatisfação com o potencial de explicação das análises baseadas no trabalho assalariado formal. De um lado, formas alternativas de sobrevivência, até então consideradas características do subdesenvolvimento, passaram a ser vistas também como universais e inevitáveis, mesmo que indesejáveis. Com isto, outras formas de trabalho, de produção de bens ou aquisição de renda monetária, exercidas fora do controle estatal (as “economias subterrâneas”, o “trabalho negro”, etc.) ganharam importância. De outro, análises produzidas por feministas de orientação marxista incorporaram a discussão do trabalho doméstico não remunerado como atividade produtiva, ao passarem a arguir os interesses estatais em estimulá-lo, considerando-o uma forma de diminuir os investimentos públicos na reprodução da força de trabalho¹².

Portanto, a revalorização temática de um mundo do trabalho, externo ao mercado e mais complexo do que o descrito no modelo do assalariamento, pode ser vinculada ao mesmo tempo às tentativas de fornecer respostas políticas à nova realidade e, em consequência, com as várias críticas às concepções sobre o trabalho contidas nos paradigmas clássicos. As reflexões produzidas a partir daí configuram um deslocamento do marco quase exclusivamente econômico que, até o início dos anos 80, caracterizara as análises sobre a informalidade, para uma matriz interpretativa que procura destacar as pré-condições ou requisitos do processo produtivo, centrando-se, portanto, nos conflitos de legitimidade relacionados aos sistemas de dominação e ao quadro político-institucional.

Dando continuidade aos estudos que elaboram as implicações da conhecida proposição a respeito da tendência ao descentramento do trabalho como princípio

¹² O trabalho de Claude Meillassoux redirecionou as interpretações então correntes sobre o trabalho doméstico. Este tipo de análise tornou-se também frequente na Alemanha e um bom exemplo desta tendência pode ser encontrado em Krüger, 1990.

de organização das sociedades contemporâneas, Offe ¹³ sugere que, com a crise do Welfare State, produz-se uma defasagem entre o emprego regular e estável e a realidade vivida do desemprego, do subemprego e do emprego irregular ou precário e conseqüente crescimento dos setores populacionais marginalizados e empobrecidos ¹⁴. Com a perspectiva de controlar o potencial de conflito destas mudanças, o autor formula uma proposta que supõe de caráter reformista, ou seja, o suporte institucional-legal a uma vasta gama de atividades informais, externas ao mercado, consideradas como alternativas para “além do emprego”, uma vez que permitiriam recuperar não só as dimensões associativas e de reciprocidade da alocação da força de trabalho, como também a escolha individual e familiar na administração do tempo livre que cresce na mesma medida em que decresce a centralidade do trabalho (assalariado) no mundo contemporâneo.

Mingione também identifica uma crise do assalariamento e tematiza as tendências em curso propondo uma concepção “ampliada” de trabalho ¹⁵ que procura dar conta de diferentes mecanismos de alocação da força de trabalho nas sociedades contemporâneas: o critério que define se uma atividade pode ou não ser considerada trabalho é a sua contribuição para a sobrevivência material, variando historicamente, conforme os padrões culturais das diferentes sociedades humanas. Com isto, o autor elabora uma noção de informalidade desvincilhada do mercado e do assalariamento e conectada à esfera da reprodução social considerando que, embora os padrões de reprodução da força de trabalho e a acumulação capitalista se afetem reciprocamente, este processo não se dá sob o controle direto do capital, dependendo de condições históricas e sociológicas e de escolhas da unidade individual de reprodução, a unidade doméstica ¹⁶.

Lautier centra sua perspectiva analítica sobre a informalidade na discussão das complexas relações entre as esferas política e econômica nas sociedades capitalistas contemporâneas, apoiado em uma base empírica principalmente latino-americana. Para o autor, embora os debates sobre o setor informal tenham logrado delimitar seu verdadeiro objeto — o Estado — opera-se com uma percepção

¹³ Offe, Claus. 1989

¹⁴ Heinze / Offe . 1992 p. 96

¹⁵ Mignone, 1991 p. 94

¹⁶ Mignone 1985, p. 18

restritiva que acaba por conduzir a uma apreensão apolítica de seu papel, bem como a uma despolitização das relações entre os cidadãos e a esfera pública ¹⁷. Propõe, então, uma análise da informalidade centrada nas relações de trabalho concebidas enquanto espaço de articulação e, portanto, de produção de relações sociais entre empresários, Estado e trabalhadores, em um “jogo combinado” _que produz “uma cidadania de geometria variável”.

Nos anos recentes, a informalidade é redefinida e deixa de ser concebida apenas como um espaço alternativo ao assalariamento para ser vista como um processo relacionado à esfera da reprodução social e aos conflitos de legitimidade associados à constituição da(s) cidadania(s). Esta postura permite reconhecer que as diferenças nas formas de mobilização do trabalho apoiam-se em padrões distintos, mas sempre combinados de interação social que Mingione apresenta como “mixes” singulares, historicamente constituídos, de “reciprocidade” e “associação”. Possibilita ainda analisar não só as formas de coexistência conflitiva de diferentes “mixes” de sociabilidade, mas também relacionar a informalização com os processos de reprodução da força de trabalho, aí compreendidas as configurações assumidas pelas estratégias de sobrevivência. Além disto, torna possível recuperar a dimensão dos interesses e motivações (da racionalidade) dos trabalhadores e de suas famílias em relação às limitações contextuais, mas também como aspecto importante da regulação do próprio mercado de trabalho.

Com este redirecionamento, a informalidade deixa de ser apenas uma questão ligada à pobreza e ao subdesenvolvimento, para conectar-se à realidade das sociedades capitalistas avançadas. O tema situa-se no centro do debate contemporâneo, relacionado à discussão da reestruturação produtiva, da flexibilização e precarização das relações de trabalho, da terceirização, das mudanças nos conteúdos e na cultura do trabalho e da configuração dos novos padrões de consumo e estilos de vida. Com isto, na medida em que um alto grau de regulação ainda caracteriza a maioria destas sociedades, “reduz-se um pouco a ênfase no aspecto legal, embora este aspecto permaneça um componente muito importante da noção de informalidade” (Machado da Silva, 1996:12), ao mesmo tempo em que aumenta “a

¹⁷ Lautier, Miras e Maurice, 1991:20/35-37

atenção para a lógica social -- a racionalidade -- que move os agentes nas suas relações produtivas”¹⁸.

Neste sentido, supor uma continuidade do curso tradicional da racionalização e a conseqüente construção de analogia com a produção à época da revolução industrial, conduziria a uma interpretação equivocada do desenvolvimento dos serviços no que concerne às importantes mudanças na situação de trabalho: nos modelos possíveis de divisão do trabalho, nas questões relativas à qualificação e aos hábitos de trabalho, incluindo-se aí as formas de cooperação e de comunicação. Com o que não se pretende que a informalização se restrinja aos serviços, nem em termos factuais, nem analíticos. Por isso, a racionalidade sistêmica que comanda este final de século partindo dos escritórios, atinge em cheio o setor secundário, comanda grande parte do terciário e termina por constituir-se em um dos motores de ampliação do vasto setor, no qual sua penetração esbarra na lógica das relações sociais: os serviços pessoais e, neles imbricado, a informalidade, onde desembocam os que não encontram ou não desejam encontrar lugares tradicionais nas estruturas de produção e circulação de bens e serviços.

IV. Novo mundo da qualificação?

Desde a intensificação do debate sobre a reestruturação industrial assiste-se à retomada de muitas das ideias que dominaram o cenário da economia da educação e das reflexões sobre a relação entre educação e desenvolvimento em períodos pretéritos. Seria possível dizer que, ao menos até os anos 80, nos países centrais, a discussão girava em torno da adequação da força de trabalho à reestruturação da indústria, tanto do ponto de vista da tecnologia, quanto da organização do trabalho. As condições objetivas sobre as quais ela se desdobra hoje, confrontam os pesquisadores e *policy markers* com uma nova realidade do mercado de trabalho, crescentemente excludente e segmentado, das políticas sociais estatais (incluindo-se aí a educação) e do deslocamento do foco econômico-social para atividades fora do setor industrial.

¹⁸ (Machado da Silva, 1996:21).

Tal retomada deu-se dentro dos parâmetros tradicionais. No entanto, algumas convicções precisaram ser deixadas pelo caminho. Entre elas devem ser destacadas: a) aquela que diz respeito a uma relação sempre positiva entre escolaridade, renda e *status* que caracterizou o período de acumulação fordista, pois novos *mixes* combinam hoje elevada escolaridade/ sofisticação e complexificação da formação com baixos salários e *status* declinante e b) aquela que negava a tese da polarização. Embora se eleve a qualificação média da população e a sofisticação da formação venha se difundindo, presenciavam-se renovadas formas de polarização que se dão em especial no interior do mercado formal de trabalho, mas que não se restringem a ele. Em outras palavras, a polarização não está necessariamente ligada ao binômio inclusão/exclusão do mercado de trabalho, embora se possa constatar que suas formas mais extremas ocorrem no segmento que logrou inserir-se no mercado formal.

As novas estratégias de acumulação tendem a levar menos em conta a qualificação da força de trabalho de forma direta, seja nos países centrais seja nas áreas periféricas, não somente devido ao enxugamento, mas por outros motivos, entre os quais a) a abundância de qualificação gerada mundialmente pela grande revolução educacional experimentada nesta segunda metade do século¹⁹ e que segue seu curso, não apenas porque detém uma dinâmica própria, mas por atender às exigências e funções sociais que transcendem a vida econômica; b) a decrescente importância da indústria como fonte de emprego e atividade humana, fato que permite às grandes firmas que utilizam tecnologia de ponta acionarem mecanismos de recrutamento e seleção sem maiores considerações quanto à sua localização física. Seria, no entanto, uma ingenuidade acreditar que a disponibilidade de qualificação tornou-se irrelevante para a geração de riqueza ou que a exclusão do mercado conduzirá à desqualificação, como pretenderam importantes pesquisadores nos anos 80. O empresariado demanda hoje formação básica ampla em um patamar elevado, a partir do qual pode escolher seus eleitos. No entanto, nenhuma atividade econômica pode ser mais diretamente influenciada pela

¹⁹ Meyer, Kamens e Benavot, 1992)

formação disponível do que aquela desenvolvida através de serviços pessoais ou da pequena produção independente²⁰.

De qualquer modo, a qualificação requerida pela indústria reestruturada tem sido intensamente tematizada nos últimos anos: afinal, que formação atende às demandas de uma indústria que, consideradas as tendências em curso, desmantela as bases da taylorização do trabalho ao reintegrar tarefas e enfatizar a supervisão, a capacidade de intervir sobre as máquinas identificando e corrigindo falhas de várias naturezas e o trabalho em grupos heterogêneos quanto ao nível e tipo de formação? A abundância de qualificação e informação, por um lado, e o refluxo dos ideais de equidade e proteção, por outro, têm contribuído para que a educação geral seja vista como investimento necessário à reestruturação industrial e como recurso estratégico em um mundo complexo ²¹ Importa pouco, nesta identificação de tendências, que restem bolsões fordistas ou mesmo tayloristas nesta ou em qualquer parte do mundo, até porque não existe homogeneização possível senão aquela que estava em nossas cabeças, cuja inexorabilidade resultava das leis do capitalismo. Mais importante do que considerar resquícios do fordismo é certamente a análise do regresso a padrões pré-fordistas ou pré-meritocráticos de seleção da força de trabalho em condições de ampla disponibilidade de qualificação em um mercado, cuja crescente excludência induz à busca de formas alternativas de inserção no mundo do trabalho.

O binômio exclusão/desqualificação sucumbe à hiperconcorrência que atravessa o mercado e vai além dele. A elevação no nível médio de informação pelos *mass média* e de qualificação formal vem provocando crescente desmitologização do trabalho intelectual e profissional, fenômenos desde há muito identificados (Baethge e Oberbeck, 1986), ao mesmo tempo em que se observa uma intensificação do trabalho dentro e fora do mercado. Por isto, não é certo, como pretende Nodigrani que a “população jovem trabalhará mais inteligentemente do que intensamente”²²; jovens e velhos estão submetidos a uma lógica que demanda trabalho inteligente e intenso. O

²⁰Paiva (1989) sugere que a pequena produção independente pode e talvez deva tornar-se um polo dinâmico da economia, na medida em que se esgotem os empregos nos setores tradicionais.

²¹ Nardi, 1995:22).

²² Nodigrani(1995:64):

próprio computador obriga à maior velocidade, à compactação do tempo e das atividades, à concentração de informações e responsabilidades. Por outro lado, ao tornar as atividades mais transparentes, ele enfraquece a posição dos empregados e reforça o controle não apenas em relação ao resultado do trabalho, mas no transcorrer do mesmo, reduzindo a chance de oposição à sua intensificação. A qualificação não logra contrarrestar esta tendência e o resultado de tal visibilidade dos processos em um mundo em que a competição se acirrou, termina por ser, como o ressaltam Baethge e Oberbeck, a moral da *Leistung* e do individualismo extremado, que passam a permear as atividades dentro e fora do mercado formal de trabalho.

Quanto às características da qualificação requerida pela indústria e pelos serviços reestruturados, elas tem sido amplamente discutidas. O mesmo é verdadeiro para os requerimentos do consumo e até mesmo, em certa medida, ao que diz respeito à identificação de nichos de inserção alternativa. Em um plano mais geral, aponta-se para a qualidade da educação em todos os níveis, para a efetividade dos conhecimentos transmitidos, deslocando-se o eixo da discussão educacional da democratização quantitativa das oportunidades para a eficiência do sistema, em especial no seus níveis iniciais — anteriores à profissionalização — nos quais ocorre a aquisição de habilidades instrumentais e conhecimentos básicos efetivos que passaram a ser requeridos como condição de adaptação à nova realidade social e do trabalho para toda a população e não apenas para a parcela considerada economicamente ativa conforme os padrões tradicionais. A demanda por qualificação formal, por diplomas, cedeu lugar à qualificação real passível de ser demonstrada na prática profissional e na vida diária, dentro de um quadro de elevação tendencial da aquisição média de habilidades, conhecimentos e informações, impulsionada pelas demandas da produção, do consumo e de mudanças introduzidas na organização do cotidiano.

Espera-se hoje da qualificação intelectual de natureza geral e abstrata que ela seja a base para os conhecimentos específicos, mas que também constitua a **fonte principal da competência** que se prova na interação e em atividades concretas crescentemente complexas. O desenvolvimento do pensamento abstrato é que pode assegurar um raciocínio voltado para dimensões estratégicas, organizadoras e planejadoras da sociedade e da produção. A formação geral é a base sobre a qual

conhecimentos diferenciados serão apropriados e utilizados - os que possibilitam a compreensão do processo de produção, a utilização exata de procedimentos e símbolos matemáticos, o manejo da linguagem de forma adequada à situação, a capacidade de lidar com regras e normas em situações diferenciadas, o armazenamento, atualização e capacidade analítica para interpretação de informações, a apreciação de tendências, limites e significado dos dados estatísticos, a capacidade de preencher múltiplos papéis na produção e rápida adaptação a novas gerações de ferramentas e maquinárias²³. Isto supõe, evidentemente, um professor igualmente bem formado, capaz de transmitir formação e capacidades gerais.

Enfatiza-se a importância do pensamento conceptual abstrato como fundamento da ampliação das possibilidades de percepção e de raciocínio, de manipulação mental de modelos, de compreensão de tendências e de processos globais e da aquisição de competências de longo prazo. Trata-se de formar para o **bem pensar** e o **bem falar**, em múltiplas linguagens. A capacidade de comunicação tornou-se tão central quanto a possibilidade de captar rapidamente as conexões entre conhecimento, configuração de situações interativas e processos mercadológicos - o que supõe um tipo de formação que propicie uma elevada capacidade de abstração, de concentração e de exatidão — e elas não dependem apenas de uma educação geral, mas estão também ligadas a aspectos psicológicos da formação. Enfatiza-se a importância do pensamento conceptual abstrato como fundamento da aquisição de competências de longo prazo. Supõe-se um novo tipo de formação intelectual que facilita a percepção do contexto no qual hoje o conhecimento se aplica. Espera-se da qualificação intelectual de natureza geral e abstrata que ela seja a base para os conhecimentos específicos, mas que também constitua a fonte principal da competência que se prova em atividades concretas crescentemente complexas. Sobre tal âncora será, talvez, possível difundir a polivalência e novas habilidades cognitivas necessárias à reintegração de tarefas em novo patamar.

Este quadro supõe transformações nos *habitus* e nos estilos de comportamento cotidianos no trabalho²⁴, mudança que nem sempre se consegue perceber tão facilmente. A interação com o computador, por exemplo, demanda um

²³ Paiva, V. "Inovação tecnológica e qualificação". abril 1995, (doc. mimeo.)

²⁴ Baethge, Martin/ Oberbeck, Herbert. *Die Zukunft der Angestellten*, Campus, 1986.

estilo de trabalho caracterizado por um *mix* de velocidade de reação, capacidade de abstração e de concentração e exatidão. Por isto, coloca-se cada vez mais ênfase na formação inicial, na socialização primária capaz de garantir virtudes pessoais e disposições sócio-motivacionais que se combinam com qualificações formalmente adquiridas: enquanto a formação inicial deverá ter caráter geral, a formação específica precisará ser cíclica, com um *approach* multidisciplinar, abrangendo um longo período da vida no qual aparecerá na forma de múltiplas re-profissionalizações que devem acompanhar a gangorra que joga os membros das sociedades contemporâneas na difícil vivência da intercalação entre tempos de integração, emprego, abundância e tempos de exclusão, desemprego e pobreza.

Em tais circunstâncias não há como deixar de admitir que, na discussão “educação geral X formação profissional” a primeira ganhou a parada. Isto, no entanto, não conduz - em especial frente à enorme heterogeneidade estrutural de um país como o Brasil - a uma rejeição da formação profissional. Mesmo porque estamos frente ao fato de que as adaptações que se observam no Brasil e são correlacionadas com a transformação técnica da produção tem mais a ver com a rápida introdução de novos métodos de gestão e administração da força de trabalho do que como uma ampla e sistêmica mudança da base técnica da produção. Ou seja, há “restos” e “resíduos poderosos” de idades técnicas já ultrapassadas nos países centrais; a parte verdadeiramente *up-to-date* é pequena e a questão educacional só se coloca com força de maneira moderna porque: 1. são necessários muitos anos para formar qualquer pessoa e é preciso antecipar algumas direções gerais; 2. as ideias viajam hoje muito mais celeremente do que no passado²⁵.

Na mesma direção, Nardi (1995) indica como necessidades contemporâneas um saber orientado para o futuro, a adaptação dos conhecimentos à realidade e a capacidade de colher da realidade imediata sinais para modificar os conhecimentos anteriores. Ressalta ainda a necessidade de conciliar um processo formativo voltado para a reflexão e a criatividade, com o trabalho com forte conteúdo informativo, além das dificuldades de adaptação e de aprendizagem das gerações mais velhas. A

²⁵Czarniawska, Barbara/ Bernward, Joerges. *Travel of Ideas, Organizational Change as Translation*. WZB papers, FS II 95-501.

formação já não fica colada nem se acaba com o diploma, reconhecendo-se não só o papel dos meios de comunicação de massa e valorizando-se a multiplicidade de percursos formativos, nos quais se possa forjar uma cultura profissional ao mesmo tempo sólida e flexível, apoiada em ampla base cognitiva teórica e específica.

A ideia de que novos conhecimentos deverão ser adquiridos durante toda a vida profissional acompanha a constatação de que junto com o fordismo também se esvaem as biografias profissionais lineares e ascendentes. Prevendo-se sucessivas mudanças de profissão ao longo da vida, alternância entre o mercado formal e atividades alternativas, entre uma “vida normal” e períodos de transição, desemprego e pobreza, bem como entre períodos de trabalho e de estudo, como condição para a conversão a outras atividades *via* estratégias de reprofissionalização. Diz Nardi que hoje “estuda-se em um campo para trabalhar em outro” e que, por isto mesmo, “a especialização não é o caminho que a escola deve percorrer”²⁶.

Estas mudanças dão-se também em detrimento do conhecimento adquirido pela experiência acumulada e presente, em especial, nas gerações mais velhas. O menor peso assignado à experiência — resultado da necessidade de adaptação constante — ultrapassou os níveis em que mostra justificado e se reflete em feroz luta pela substituição de gerações, na qual os jovens, mais qualificados que a geração precedente, não logram avaliar os malefícios da perda da experiência acumulada. Soma-se a tal fenômeno a dissolução dos critérios meritocráticos os quais, no período fordista, haviam imposto certa despersonalização das decisões e reduzido os níveis de arbitrariedade na apreciação do valor do trabalho e no julgamento das pessoas. Esta sociedade que emerge da grande reestruturação dos últimos 20 anos ainda não inventou “procedimentos e convenções para qualificar o trabalho de forma tão estruturada quanto aquelas colocadas em prática no quadro da organização industrial do trabalho”²⁷.

Tais redefinições acompanham não apenas níveis inéditos de desemprego qualificado, mas refletem o descompasso entre a qualificação efetivamente

²⁶ Nodigrani, Felice,. “Strumenti hard e soft dell’eurolavoratore”, in Nardi, Aldo (org.) *Lavoro d’Europa. Analisi dei cambiamenti nella gestione delle risorse umane*, Milano: Franco Angeli, **1995**. p. 61.

²⁷ (Perret e Roustang, 1993).

necessária ao desempenho profissional, o status social, o nível salarial do emprego, revelando a desvalorização dos níveis de formação e dos diplomas frente à disponibilidade de super-qualificação formal. Observa-se já nos países periféricos um desajuste com marcada semelhança em relação aos países centrais, o que tem levado à contestação do conceito de qualificação, na medida em que este esteve colado à escolarização e sua correspondência no trabalho assalariado, no qual o *status* social e profissional estava inscrito nos salários e no respeito simbólico atribuído pela sociedade às carreiras de longa duração. Para Ropé e Tanguy²⁸) a noção de qualificação tende a ser substituída pela de competência, o que corresponderia ao que se está aqui designando como “qualificação real”, não somente do ponto de vista técnico, mas também sócio motivacional e atitudinal.

As novas condições de inserção no mundo do trabalho daqueles que estão buscando emprego pela primeira vez, de reinserção dos que foram expelidos do mercado em função de dificuldades de adaptação e não lograram reingressar ou, ainda, dos que optaram por abdicar do trabalho formalizado, os colocam frente à uma nova maneira de focar e de vivenciar fenômenos sociais diversos. Os sofrimentos ligados às dificuldades de conquistar (ou à perda de) *status* sócio profissional, as profundas mudanças na vida diária, os riscos associados ao desemprego e ao subemprego são conhecidos. Por isto mesmo, as transformações por que passa o mundo contemporâneo estão a demandar novas e maiores forças psíquicas e virtudes pessoais, necessárias à vida em um mundo em que a concorrência se acirrou. São atributos que transcendem as possibilidades do sistema educacional e que apontam para uma nova ênfase na importância da socialização primária.

Há que reconhecer, no entanto, que as últimas décadas propiciaram uma elevação da qualificação média da população que é de essencial importância não só para a produção, mas para o consumo diferenciado e para enfrentar as fortes mudanças introduzidas no dia a dia das pessoas e em sua agora instável vida profissional. Em consequência, uma parcela de conhecimentos tradicionalmente associados a elites monopolistas popularizou-se, reconhecendo-se - por fim - que tais conteúdos não eram tão difíceis nem complicados, mesmo em casos em que não ocorreu real democratização do capital linguístico “culto”. Estamos frente a um

²⁸ Ropé e Tanguy, 1994

contraditório processo de popularização da escola e dos meios de comunicação de massa que, por um lado, transforma o padrão da cultura e da linguagem escolares e, por outro, propicia a assimilação de conteúdos complexos e sofisticados em linguagem simples, com conseqüente desmistificação do trabalho e dos conteúdos intelectuais. Estamos igualmente frente a um reordenamento social do emprego, do processo de trabalho e sua organização e de uma reorganização do cotidiano, sob o impacto da revolução nas comunicações e da tecnificação não apenas da esfera do trabalho, mas dos espaços públicos e dos próprios lares. Tomado em forma global, este processo traz consigo elevada complexificação da utilização das máquinas e modificação na velocidade exigida para a leitura, compreensão e ação compatível, demandando maior qualificação real na vida quotidiana. A ele corresponde o processo de permanente elevação dos patamares de escolaridade que, nos países desenvolvidos, incluem como obrigatório o nível médio.

Se dificuldades enfrentadas hoje são maiores, elas são também encaradas como algo mais coletivo e geral, o que reduz o estigma do fracasso profissional e empurra para a busca de soluções. Valoriza-se a capacidade de vencer as dificuldades através de iniciativas pessoais e de atividades alternativas, o que implica em iniciativa e esforço. Nesta busca, as atividades se fragmentam e diversificam, com perdas evidentes, mas com ganhos possíveis em liberdade para a organização do tempo e para a vida pessoal, além de maior possibilidade de escolha, sempre que as mudanças sejam vividas sem grandes traumas psicológicos. Na competição intensificada, os segmentos profissionais mais preparados, em termos intelectuais e pessoais, são mais capazes de sair ganhando financeiramente ou em outros aspectos da vida. E, na moderna combinação de grandes firmas e pequenos produtores independentes (de produtos ou de serviços), as vantagens possíveis dos que ficaram de fora do mercado formal dependem cada vez mais do conhecimento e da qualificação.

Na medida em que parcela substantiva das ocupações escape aos ditames "sistêmico-organizacionais" das firmas e à lógica estrita e direta da maquinaria industrial, parece haver maior espaço para que a qualificação real molde as formas sociais de inserção. Do mesmo modo, para o bem ou para o mal, o nível de qualificação e de conhecimentos da população tenderá a influir na reorganização das políticas sociais e trabalhistas a que se assistirá.

Em um panorama nebuloso em relação às profissões, disposições e virtudes adquirem mais peso que a proficiência específica. A profissionalização como panaceia perdeu terreno. Não basta conhecimento, é necessário interesse, motivação e criatividade. Não se trata apenas de qualificar para o trabalho em si, mas para a vida, na qual também se insere o trabalho, com uma flexibilidade e um alcance suficientes para enfrentar o emprego, o desemprego e o auto-emprego e para circular com desenvoltura em meio a muitas "idades" de tecnologia, com a possibilidade de entender e usar as máquinas de idades diferentes e de fazer face às suas inúmeras consequências na vida social e pessoal.

Se a concorrência capitalista apela para o conceito de "destruição criadora" para explicar sua função e trajetória, deve-se hoje assinalar que este é um período em que se pode falar de destruição em massa de qualificação e conhecimentos, em especial daqueles derivados da experiência. Tal fenômeno deve ser visto em sua dupla face: de um lado, as transformações impõem a necessidade de maior qualificação real básica, acrescida de conhecimentos profissionais e competências sociais; de outro, ao acionarem uma nova racionalidade, as transformações se fazem acompanhar de uma reavaliação negativa da experiência acumulada e correspondente detenção de conhecimentos que não são facilmente disponíveis, nem repostos. Esta reavaliação não fica restrita aos segmentos mais modernos, mas espraia-se para o seu conjunto e se reforça *via* enxugamento das firmas e do Estado.

Viver no mundo de hoje supõe enfrentar e tematizar a incerteza. As conquistas do trabalho ao longo de um século e meio de lutas vem sendo destroçadas politicamente depois de terem sido atingidas objetivamente. A despadronização que supomos por vezes restrita aos produtos atinge contratos, salários, tempo e local de trabalho - fatores corrosivos da solidariedade de classe construída na revolução industrial. Enfraquecido o poder dos trabalhadores, criaram-se condições políticas não apenas para fazer com que o capital social e a disposição de lealdade/obediência adquiram maior peso nas possibilidades de integração de cada um ao mercado, mas para a imposição de ajustes macroeconômicos que atingem em cheio a proteção social. Sociedades com mercado de trabalho desregulado e cada vez mais restrito tornam-se menos democráticas e deixam grassar o hobbesianismo, algo certamente mais dramático em países pouco

regulamentados. Uma sociedade intelectualmente dramática como a alemã, que - no entanto - antecipou com clareza esta "Sociedade do Risco"²⁹ - começa a tratar do tema em termos de "Barbarismo e Modernidade" e de como lidar com "a implantação do medo"³⁰.

V. Estratégias de capacitação para o setor formal: qualificação, reciclagem, aperfeiçoamento e re-profissionalização.

Um ponto que merece ser ressaltado nesta discussão é o da redução tendencial das fronteiras entre trabalho manual e intelectual. Esta questão colocou-se de forma clara nos anos 80 quando se levantou a possibilidade do fim tendencial do trabalho em geral e não apenas do trabalho taylorizado³¹. Do ponto de vista da sociologia do chão de fábrica isto significava fundamentalmente a constatação da tendência à reintegração de tarefas - algo que supõe que o trabalhador detenha maiores conhecimentos e seja capaz de entender processos globais. Mas a qualificação no mundo da produção não está referida apenas ao uso correto das máquinas e programas. Desde há muito se sabe que sem uma mistura adequada entre máquinas automáticas e trabalhadores, entre comando microeletrônico e capacidade de intervenção humana, perde-se eficiência e segurança. Tarefas manuais se acoplam a outras de natureza intelectual e quando falamos de "reintegração de tarefas" não podemos pensar que estamos juntando de novo tarefas que o taylorismo desmembrou. São novas e transformadas tarefas que carregam consigo mudanças de valores, de *status* e de entendimento.

O computador junta hoje, por exemplo, tarefas intelectuais submetidas a lógicas diferentes à tarefa manual da datilografia. Isto ocorre ao mesmo tempo em que tendencialmente se reduzem as ajudas, se desvalorizam práticas tradicionais (como a escrita à mão) e torna-se necessária a aprendizagem de novas lógicas e muitos conteúdos para poder operar máquinas ao lado de formas de adaptação da velocidade de produção de pensamentos, ideias e maneiras de exprimi-las. Um novo tipo de

²⁹ Beck, Ulrich.. *Risikogesellschaft*. Ffm, Suhrkamp, 1986

³⁰ Miller, Max / Soeffner, Hans-Georg. *Modernität und Barbarei*. Ffm, Suhrkamp Taschenbuch, 1996

³¹ Schumann, Michael/ Kern, Horst. *Das Ende der Arbeitsteilung?* J.H. Beck, München, 1984.

divisão do trabalho e de especialização chega junto com a necessidade de compreensão mais ampla do "universo das máquinas" e gera uma enorme pressão sobre a força de trabalho que cresceu e se educou numa fase anterior a esta. Emerge deste processo um novo trabalhador manual e de um novo intelectual, reintegrados em múltiplas e complicadas misturas.

No mundo da produção a tendência à reintegração de tarefas demanda não só domínio eficiente de conteúdos mais amplos e conhecimentos instrumentais, mas exige independência e iniciativa na aprendizagem e na operação, supõe um novo tipo de raciocínio lógico. Mas na vida em geral um número crescente de pessoas vem se deparando com situações novas - como a da crescente complexidade das instruções de uso de aparelhos propiciados pela microeletrônica. São exigidas linguagens diversas e uma quantidade de detalhes que restringem o papel da memorização e ampliam o da utilização eficiente de instrumentos como a leitura e a escrita. Estas são as razões pelas quais os países desenvolvidos levantaram a questão do "analfabetismo funcional" de suas populações, tratando de determinar em que medida a população era efetivamente capaz de compreender os textos que lia, agindo de forma compatível. Tais pesquisas mostraram a precariedade da aquisição de conhecimentos nas escolas, posto que cerca de 1/3 da população adulta não vem mostrando níveis de domínio do idioma e das matemáticas adequados às demandas da produção, do consumo e da vida modernos. E, de fato, um novo ritmo impõe-se à vida em geral. Valoriza-se hoje o aprender rápido, adaptar-se rápido, trabalhar rápido, ler, escrever e compreender relações rapidamente. Este ritmo "eficiente" supõe, que os conhecimentos sobre os quais as ações humanas se apoiam sejam sólidos o suficiente para evitar repetição de operações e erros - algo que depende da formação básica, do uso dos conhecimentos adquiridos e da assimilação de atitudes e disposições adequadas a este novo mundo.

Do ponto de vista cultura, deve-se mencionar que estamos frente a um processo que - em seu conjunto - significa uma mudança nada superficial para muitos países. A tecnologia vem impondo, através de caminhos os mais variados, a superação dos preconceitos contra o trabalho manual e a desmistificação de boa parte do trabalho intelectual. Evidentemente, a polarização de conhecimentos e qualificação é inevitável,

mas a todos os níveis se dão formas de integração entre trabalho manual e intelectual, com seus reflexos na vida em geral.

Tem-se ressaltado, por outro lado, que a reestruturação da produção e seus correlatos propiciam maior tempo livre; paradoxalmente, porém, esta tendência caminha junto com a intensificação do trabalho. A pressão da realidade exige uma adaptação na qual se combinam, em formas múltiplas, hábitos antigos e aquisições modernas. A vida social e o lazer terminam por submeter-se a uma nova dinâmica. Em tal contexto, consome-se mais e mais rapidamente (com rápida obsolescência), não apenas produtos materiais, mas cultura, relações, amizades, países, regiões, informação. Para tanto, exige-se qualificação real, ou seja, formação de base sólida e de qualidade bem como virtudes capazes de assegurar uma adaptabilidade constante - para a qual é preciso dispor de um elevado patamar de resistência psíquica e um baixo nível de irritabilidade.

No cotidiano dos lares novas e mais complexas máquinas foram introduzidas. A crescente "tecnificação do trabalho doméstico", com suas inúmeras consequências - que vão da modificação de muitos aspectos da vida quotidiana das famílias e das relações internas ao grupo familiar até a mudanças importantes nos estilos de vida - vem demandando mais qualificação e efetividade dos conhecimentos. Conecta-se a ela, num nível crescente de sofisticação e de demanda por conhecimentos necessários a multiplicação da *high-tech* cultural e mesmo profissional usada nos lares. Além disso, cada vez mais o cultural e profissional desloca-se para dentro de um espaço físico privado e, em certa medida, para a esfera privada.

Frente a uma forte elevação do nível de complexidade das atividades em geral, as situações a serem enfrentadas são mais complicadas. Num mundo que não aceita erros e que demanda velocidade, o trabalho profissional se desmistifica e a qualificação profissional média tende a se elevar. À educação geral é preciso adicionar bons conhecimentos profissionais especializados sujeitos a uma pressão permanente de atualização e adição. Assiste-se a uma clara complexificação, ampliação e sofisticação da formação. O mesmo movimento que reduz o **status** de alguns tipos de profissionais, exige deles e dos demais domínio específico mais amplo e mais competente. Constata-se, assim, que a demanda de qualificação profissional média se elevou, sem relação com a posição relativa dos profissionais na força de trabalho e na

população. É como se o processo de desvalorização da qualificação específica duradoura atingisse também aquela que continua sendo útil e socialmente imprescindível, porque ela não mais constitui a "ponta". O diferencial - em *status* e em salário, como já indicamos antes - encontra-se hoje em segmentos profissionais muito especiais, combinado com formas de polarização da qualificação. No entanto, a mudança na estrutura de qualificação e no ordenamento social das profissões ainda é percebida de forma relativamente nebulosa.

Tal reordenamento não significa apenas o desaparecimento de setores qualificados e o surgimento de novos, mas uma clara desvalorização das profissões tradicionais a todos os níveis de qualificação. Trata-se de um processo amplo que, embora varie de acordo com conjunturas diversas, com a cultura de cada país e com as características das formações histórico-sociais, atravessa o planeta e está vinculado a uma transformação da compreensão do papel profissional. Paralelo à desmitificação do trabalho intelectual, concretiza-se a desmistificação do trabalho profissional. Na medida em que o nível médio de conhecimentos da população se eleva e os meios de comunicação oferecem detalhes de todo tipo de assunto ou atividade, se eleva a compreensão do que fazem os profissionais. Neste sentido, o mundo que se antevê restringe o espaço para o autoritarismo de base profissional. Muito do que antes era conhecimento profissional passou ao plano do senso comum.

Por isso, o lugar central ocupado hoje pela formação geral sólida e por virtudes e disposições sócio-disposicionais amplas indicam uma redefinição do lugar sócio educacional da qualificação específica. A importância da compreensão lógica e da iniciativa requerem uma educação em que o conhecimento profissional é adjetivo, mesmo que se mostre imprescindível. Cresceu o peso daquilo que o antecede e o embasa. As mudanças ocorridas na produção industrial e nos processos de trabalho, o crescente deslocamento para as atividades ligadas ao terciário e aos serviços em geral, bem como as novas formas assumidas pelos vínculos de trabalho (do assalariamento às atividades alternativas) vêm provocando uma contínua expansão da socialização pré-profissional. Esta tende a ser dominada por maiores exigências técnico-abstratas e para novas qualificações sócio comunicativas.

A capacidade de readaptação, de profissionalização é, de fato, crucial num período em que as biografias profissionais lineares são cada vez mais raras. São

outras as qualidades exigidas dos indivíduos que devem concorrer não apenas como vendedores de força de trabalho a uma indústria padronizada, mas como livres e despadronizados produtores no mercado. Vem mudando a forma do mercado operar, os caminhos a percorrer, e o tipo de relação - não apenas no percurso que conduz ao trabalho profissionalizado e remunerado, mas dentro dele e nas "ondas" de inclusão/exclusão - a que se vê a população submetida.

As novas condições do mercado de trabalho nos colocam frente a uma nova maneira de enfocar e de vivenciar tais fenômenos. Os sofrimentos ligados a dificuldades de conquistar (ou à perda de) **status** socio-profissional, as profundas mudanças na vida diária, os riscos associados ao desemprego e ao sub-emprego são conhecidos e vem sendo estudados. Mas estas novas condições, na verdade, exigem mais e não menos qualificação, como condição de vida contemporânea e de inserção nos novos arranjos globais. Na verdade, o perfil qualificatório não apenas da força de trabalho, mas da população em geral está em questão. Se a educação desempenhou um papel vital na definição da identidade profissional na sociedade industrial e criou a base da estratificação ocupacional que conhecemos, preparando para posições definidas pela divisão do trabalho, na medida em que esta regride, em que tarefas se reintegram, a tendência aponta na direção de uma redefinição que atinge as profissões e a estrutura de ocupações. A desvalorização das profissões tradicionais a todos os níveis de qualificação tem forte impacto sobre a estratificação social de base ocupacional. Não se trata apenas do caso clássico dos engenheiros e nem mesmo das profissões manuais que, face as novas tecnologias, estão se tornando obsoletas. Estamos frente a mudanças objetivas no conteúdo das profissões e da compreensão do papel profissional. Uma socialização profissional aberta à re-profissionalização ao longo da vida tornou-se condição básica da formação. *Buscar* combinar uma educação geral de natureza humanística, científica e tecnológica com conhecimentos profissionais específicos, porém com o cuidado de dar aos alunos não apenas o contexto de sua especificidade, mas indicar as possibilidades de sua reespecificação. Numa estrutura heterogênea há lugar para tudo ou para quase tudo, dentro de limites restritos. Há muitos programas que podem ser reordenados e até mesmo ampliados de acordo com demandas do mercado. No entanto, uma

orientação geral deverá prevalecer na formulação ou ampliação de qualquer Currículo:

Mais do que nunca as nações, em especial as desenvolvidas, vem se preocupando em saber qual o nível real de conhecimentos acionáveis na prática detém a sua população. Ou seja, até onde vai não apenas a sua capacidade de ler um texto simples, mas de entender textos complexos e exprimir-se sem erros e adequadamente em idioma materno; qual a sua habilidade para lidar com números, não somente de forma rudimentar, mas como domínio amplo das matemáticas. O ovo de Colombo que está sendo descoberto em nossos dias é que não basta universalizar a escola; é preciso assegurar uma boa educação capaz de fixar aquilo que é ensinado para que possa ser usado num mundo em que a complexidade do cotidiano cresce a cada dia. E a cada dia, além das exigências ligadas ao idioma materno, fixam-se demandas que dizem respeito a duas outras linhagens: o inglês como instrumento de comunicação universal e aquelas vinculadas à informática e a novas formas de comunicação.

Neste quadro a educação técnica complementa a educação geral em vários sentidos. Na obtenção de uma profissão que possivelmente exigirá reconversões futuras, num contexto que estamos fadados a entrar na gangorra social e profissional. Na aquisição de conhecimentos que contribuirão para inserções alternativas, provisórias ou não. E, finalmente, num mundo de encarecimento dos serviços e redução das ajudas, contribua para reduzir custos e não apenas para gerar salário e renda. Em outras palavras, para que os indevidos se sintam aptos a suprir suas próprias necessidades com a mera ajuda de manuais em que são explicados como *do it yourself*.

Além disso, devemos retornar às funções de socialização da formação escolar, traduzidas não apenas no que concerne ao comportamento em geral, mas também às atitudes, aos valores, ao atendimento às regras de convivência, cooperação e solidariedade em relação ao próximo. Isto não se transmite verbalmente nem pelo convencimento. É internalizado através da maneira como uma escola, a família e a sociedade funcionam.

Bibliografia:

Andretta, Gabrielle e Baethge, Martin. "Zwischen zwei Welten: Berufliche Transformationsbiographien in den neuen Bunderländern". *SOFI*, Mitteilungen, no. 22, Goettingen, junho de 1995.

Baethge, Martin e Oberbeck, Herbert. *Die Zukunft der Angestellte - Neue Technologien und berufliche Perspektiven in Büro und Verwaltung*. Ffm:Campus, 1986.

Beltrami, Marco. "Qualità totale: risposta allo sviluppo delle società di servizi". Nardi, Aldo (org.), 1995.

Bonazzi, Giuseppe e La Rosa, Michele (org). *Modello giapponese. La produzione snella: la prospettiva europea*. Milano: Franco Angeli, , 1993.

Freeman, Chris e Soete, Luc. *Lavoro per tutti o disoccupazione di massa? Il computer guida il cambiamento tecnico verso il ventunesimo secolo*. Milano: Etaslibri, 1994.

Heinze, Rolf e Offe, Claus. *Beyond Employment: Time, Work and Informal Economy*. Philadelphia: Temple University Press, 1992.

Jobert, Annette; Marry, Catherine e Tanguy, Lucy. "Mise en perspective d'un domaine de recherche en Allemagne, Grande-Bretagne et Italie", in: *Education et travail en Grande-Bretagne, Allemagne et Italie*. Paris: Armand Colin, 1995.

Kern, Horst e Schumann, Michael. *Das Ende der Arbeitsteilung? Rationalisierung in der industriellen Produktion*. Munique: Verlag C. H. Beck, 1984.

Kissler, Leo. "Schlanke Produktion": Königsweg oder Sackgasse der Produktionsmodernisierung? In: Kissler, L.(Hrsg) *Toyotismus in Europa*. Campus, Ffm. 1996.

Kronauer, Martin. Massenerbeitslosigkeit in Westeuropa - die Entstehung einer neuen "underclass"? Paper apresentado no Seminário *Gesellschaft im Übergang*, Göttingen, 12-14.01.1995.

Krügger, Helga. Reproduktionsarbeit und erweiterter Arbeitsbegriff: Plädoyer für einen "anderen Blick" auf die Arbeit. In: Alheit, Peter. et alii. (Hrsg) *Abschied von der Lohnarbeit?* Uni Bremen, 1990.

Lautier, Bruno ; Miras, Chistiane e Maurice, Alain. *L'État et l'informel*. Paris: Éditions l'Harmatan. 1991.

Lautier, Bruno. *L'économie informelle dans le tiers monde*. Paris. Ed. La Découverte, 1991.

Machado da Silva, Luis Antonio. "Trabalho Informal : teoria, realidade e atualidade". *Tempo e Presença*, vol.15,no.269, RJ:CEDI, junho 1993.

_____. "Informalidade e crise econômica. *Tempo e Presença* no. 228, julho/ agosto 1996.

Martins, Heloisa de Souza e Ramalho, José Ricardo (org.). *Terceirização. Diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: Hucitec/CEDI/NETS, 1994.

Mattoso, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Ed. Página Aberta/Scritta, 1995.

Meillassoux, Claude. *Mujeres, Graneros y Capitales*. México, Siglo XXI, 1977

Meyer, John, Kamens, David e Benavot, Aaron. *School Knowledge for the masses*. Washington:The Falmer Press, 1992.

Meyer, John; Ramirez, Francisco e Soyal, Yasemin. World expansion of mass education,1970-1980." in *Sociology of Education*. nr. 2, vol. 65, abril de 1992.

Mingione, Enzo. *Fragmented Societies : a Sociology of Economic Life Beyond the Market Paradigm*. Oxford/Cambridge: Basil Blackwell, 1991.

Nardi, Aldo (org). *Lavoro D'europa: Analise Dei Cambiamenti Nella Gestione Delle Risorce Umane*. Milão: Franco Angeli, 1995.

Nodigrani, Felice. "Strumenti hard e soft dell'eurolavoratore", in Nardi, A. (Org.), 1995.

Nun, José."Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y "masa marginal"". *Revista Latinoamericana de Sociologia*, vol 5, no. 2, Julho de 1969.

Oberbeck, Herbert e Opperman, Rolf. "Die Hoffnungen auf eine neue Dienstleistungskultur". SOFI, *Mitteilungen*, nr. 22, junho de 1995.

Offe, Claus. *Capitalismo Desorganizado: Transformações Contemporâneas do Trabalho e da Política*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989 a.

Paiva, Vanilda e Rattner, Henrique. *Educação Permanente e capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez, 1980.

_____. "Produção e Qualificação". *Textos para discussão*. IEI/UFRJ, 1989.

Peattie, Lisa. "An Idea in Good Currency and How it Grew : the Informal Sector", *World Development*, vol.15, nº17, julho de 1987.

Perret, Bernard e Roustang , Guy. *L'économie contre la société - Affronter la crise de l'integration sociale et culturelle*. Paris: Du Seuil, 1993.

Quijano, Anibal."Notas sobre el concepto de marginalidad social". CEPAL, Universidade Católica do Chile, 1971 (doc. mim)

Ramirez, Francisco e Boli, John . "The political construction of mass schooling: Europeans origins and worldwide institutionalization". *Sociology of Education*,, vol 60, janeiro de 1987.

Redclift, Nanneke e Mingione, Enzo. *Beyond Employment: Household, Gender and Subsistence*. Padstow:T. J. Press, 1985.

Ropé, François e Tanguy, Lucie. *Savoirs et Compétences: De l'Usage de ces Notions dans l'Ecole et l'Enterprise*, Paris: Éditions L'Harmattan, 1994.

Salm, Claudio. Emprego e qualificação nos anos 90. *O Monitor Público*. no. 10, ano 3, julho/setembro de 1996.

Wittke, Volker. "Wandel des deutschen produktionsmodells: beschleunigen oder umstreuern? Paper apresentado no Seminário *Gesellschaft im Übergang*, Göttingen, 12-14.01.1995.

Womack,J.P.; Jones,D.T. e Rossi, D. *Die zweite revolution in der Autoindustrie*. Ffm: NY, 1991.

Wood, Stephen e Jones, Brian. "Qualifications tacites, division du travail et nouvelles technologies.", in *Sociologie du Travail*. nº 4, 1984.